

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.036 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2000



Michel Temer, Antonio Carlos Magalhães e o jogador Ronaldinho Gaúcho seguram cartaz sobre moradia, tema de emenda constitucional proposta por Mauro Miranda e promulgada ontem



## Congresso promulga emendas sobre gastos municipais e moradia

No último dia da convocação extraordinária, Mesas do Senado e da Câmara promulgam propostas apresentadas por senadores para limitar despesas com os vereadores e incluir a moradia entre os direitos sociais de cada brasileiro



PFL não vai recuar, diz Bornhausen

**Bornhausen: PFL propõe debate sobre reajuste do mínimo**

PÁGINA 7

**CONVOCAÇÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
TEVE 43  
MATÉRIAS APROVADAS**

Senadores votaram uma emenda constitucional e discutiram diversas outras matérias importantes no período iniciado em 5 de janeiro e encerrado ontem.

PÁGINA 5

Em sessão conjunta ontem à tarde, o Congresso Nacional promulgou duas emendas constitucionais aprovadas durante o período de convocação extraordinária: uma disciplinando os gastos dos municípios com suas

câmaras de vereadores e outra incluindo a moradia entre os direitos sociais na Carta Magna. Os jogadores Ronaldinho Gaúcho, Athirson e Baiano, da Seleção Olímpica, foram uma atração a mais no Plenário.

PÁGINA 3

**Sessão legislativa ordinária começa hoje**

PÁGINA 5

Heloísa Helena lembrou sua origem humilde e a luta política que desenvolveu até chegar ao Senado



**Heloísa Helena vai liderar Bloco Oposição**

A senadora Heloísa Helena assumiu ontem, com um discurso emocionado, a liderança do Bloco Oposição, que reúne o PT, o PDT e o PSB. Ela substituiu na função a senadora Marina Silva.

PÁGINA 2



Marina Silva pediu a Heloísa Helena que mantenha sua "ira santa" em defesa do país



Tebet é presidente do conselho que examinará representação de partidos

## Representação contra Estevão começa a ser analisada dia 23

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), convocou ontem os 15 senadores do órgão para uma reunião no próximo dia 23, às 10h, quando começarão a examinar a representação dos partidos de oposição contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), é membro nato e também participará do encontro.

Na representação, encaminhada dia 8 de dezembro passado, os partidos de oposição pedem que se apure a eventual quebra de decoro parlamentar por parte do senador Luiz Estevão. Conforme argumento exposto no texto, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário teria identificado "diversas relações entre a Incal, empresa que ganhou a licitação para construir o prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, pertencente ao Grupo Monteiro de Barros, e empresas do Grupo OK, pertencentes ao senador Luiz Estevão".

No entender dos sete partidos de oposição no Congresso, o senador pelo Distrito Federal quebrou o decoro ao dificultar investigações da CPI, esconder fatos durante os depoimentos e pressionar ou ameaçar assessores da comissão de inquérito. O relatório da CPI sugere ao Ministério Público que investigue os indícios de superfaturamento e o possível desvio de recursos destinados à construção do prédio.

# Heloísa Helena assume liderança do Bloco Oposição

No discurso de estréia na função, senadora manifesta esperança de que o povo brasileiro "consiga ter em suas mãos o destino do país"

Com um discurso emocionado, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) assumiu, ontem, a liderança do Bloco Oposição, que reúne o PT, o PDT e o PSB, em substituição à senadora Marina Silva (PT-AC). Heloísa Helena lembrou sua origem humilde e a luta política que desenvolveu até chegar ao Senado e disse que a sua indicação para o cargo "honra e alegra as mulheres e ho-

mens de bem e paz das Alagoas".

Heloísa Helena centrou o seu pronunciamento na crítica ao governo Fernando Henrique Cardoso, afirmando que o Brasil chega ao ano 2000 "devastado socialmente". Ela destacou que a dívida brasileira é hoje seis vezes maior do que no início do governo, chegando a US\$ 500 bilhões.

Embora não falem propostas da esquerda, disse a senadora, estas não cabem no que classificou de "receituário cruel do FMI". A senadora manifestou, no entanto, a sua esperança de que o povo brasileiro "consiga ter em

suas mãos o destino do país", para que o Brasil possa se tornar "livre, soberano e igualitário".



Heloísa foi homenageada por senadores de diferentes partidos

destacou a responsabilidade assumida por Heloísa Helena "num momento difícil como esse" e prometeu-lhe uma "parceria permanente" em defesa dos interesses do povo. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) ofereceu sua solidariedade na missão, "exigente e pesada", assumida por Heloísa Helena.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu ter aprendido muito com Heloísa Helena e lembrou de viagem da Comissão Mista da Pobreza a cidades pobres de Alagoas.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que, embora conheça Heloísa há pouco tempo, pode testemunhar a firmeza e o destemor da senadora na defesa dos interesses dos alagoanos. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), presidindo a Mesa, formulou votos de que ela desempenhe a função "com a mesma galhardia com que sempre se comportou nessa Casa".

posições firmes na luta por um país mais justo. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que a luta de Heloísa Helena a credencia para mais esta vitória.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) observou que Heloísa Helena traz algo muito importante para o debate político nacional, que está com o olhar fixo na Bolsa de Valores de Nova York. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou ter sido alcançado pela emoção da senadora e ressaltou o trabalho das duas "mulheres fortes do PT".

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) registrou sua satisfação em ver Heloísa Helena como líder do Bloco Oposição e destacou a defesa que ela faz do povo nordestino. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ressaltou a firmeza ideológica da líder.

O senador Amir Lando (PMDB-RO)

## Senadores destacam trajetória política

A senadora Heloísa Helena recebeu vários apartes ao seu discurso, destacando sua coragem e a firmeza de suas convicções. A senadora Marina Silva, a quem Heloísa substituiu na liderança do Bloco Oposição, destacou que "a ira santa" da representante de Alagoas, em sua defesa do país, precisa permanecer.

O senador José Alencar (PMDB-MG), lembrando que acompanhou o trabalho de Heloísa Helena desde que ela chegou ao Senado, afirmou que compreende as razões da indignação da senadora e manifestou sua certeza de que ela vai representar muito bem o Bloco Oposição. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) classificou Heloísa Helena como "guerreira" e disse estar orgulhoso de tê-la como colega.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a atuação marcante de Heloísa Helena no Senado, onde pontificou seu mandato com

## Marina se despede com agradecimentos à bancada

A senadora Marina Silva, ao comunicar ao Plenário que a senadora Heloísa Helena estava assumindo a liderança do Bloco Oposição em seu lugar, agradeceu aos parlamentares de sua bancada a convivência solidária, sem a qual, afirmou, seu trabalho "teria sido bem mais difícil".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, agradeceu, em nome da Mesa, a colaboração e a atuação

sempre presente de Marina à frente da liderança do bloco. "Quero testemunhar sua postura valorosa, que permitiu encontrar caminhos para a aprovação de projetos importantes para a Casa e para o Brasil."

Marina afirmou que o desafio foi difícil, mas a qualidade dos assessores da liderança e a colaboração de todos os senadores, especialmente os do bloco, tornaram possível a realização de um bom trabalho.



Marina Silva disse que o desafio foi difícil, mas a colaboração tornou possível um bom trabalho

## Zico debate em comissão MP do futebol

O ex-jogador Zico participa hoje de audiência pública na comissão mista que analisa a medida provisória (MP) que altera dispositivos da Lei Pelé. A MP institui a taxa de autorização para funcionamento dos bingos e proíbe a administração de mais de um clube esportivo por uma mesma empresa.

Zico foi ministro dos Esportes no governo Fernando Collor e ajudou a elaborar mudanças na legislação, propondo o fim do "passe", vínculo entre jogadores e clubes de futebol, e a criação de clubes-empresa. Em 1998, a legislação, conhecida por Lei Zico, foi substituída pela Lei 9.615, a Lei Pelé.

Com esta reunião, a comissão mista completa quatro audiências públicas.

## Brasil 500



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2000

### PLENÁRIO

11h — Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. *Plenário do Senado Federal*

### COMISSÃO

14h30 — Comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos. Pauta: Depoimento de Artur Antunes Coimbra (Zico). Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

### PREVISÃO

### COMISSÕES

Quarta-feira  
15h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: Apreciação dos destaques das áreas temáticas V (Infra-Estrutura) e VII (Saúde). *Plenário 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*  
Quinta-feira  
10h — Comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos. Pauta: Depoimento de representantes de associações de bingos. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria  
Especial  
de Editoração  
e Publicações

# Congresso promulga duas emendas constitucionais

Mudanças incluem moradia entre direitos sociais e controlam os gastos com a manutenção de câmaras municipais

As Mesas da Câmara e do Senado promulgaram ontem, último dia da convocação extraordinária iniciada em 5 de janeiro, as emendas constitucionais nºs 25 e 26, apresentadas por senadores. Uma delas, de autoria do ex-senador e atual governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, limita os gastos dos municípios com as respectivas câmaras de vereadores a percentuais variáveis conforme a população de cada cidade. A outra, de iniciativa do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), incluiu a moradia entre os direitos sociais inscritos na Constituição.

Segundo disse o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, foram preparados cinco exemplares de cada emenda constitucional para serem encaminhados à Câmara dos Deputados, ao Senado, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.



Sessão conjunta do Congresso Nacional marcou promulgação das duas emendas

A solenidade ocorrida durante sessão conjunta do Congresso Nacional contou com a presença do secretário-geral da Presidência, Aluísio Nunes Ferreira. A convite de Mauro Miranda, compareceram também ao ato de promulgação três jogadores da Seleção Olímpica brasileira de futebol — Ronaldinho Gaúcho,

Athirson e Baiano, que concederam muitos autógrafos e entrevistas.

Os três jogadores, conforme Mauro Miranda, são um exemplo da importância da moradia permanente para assegurar um futuro digno aos mais jovens. “Só eu sei como é bom ter um lar, um lugar para voltar”, disse Ronaldinho Gaúcho.

## Despesas com vereadores têm limites

Os municípios brasileiros terão que limitar seus gastos com as respectivas câmaras de vereadores a percentuais variáveis conforme o número de habitantes, e o direito social à moradia passa a integrar o artigo 6º da Constituição como direito fundamental de todos os brasileiros, conforme as emendas constitucionais promulgadas ontem. Com elas, a Constituição de 1988 já incorpora 26 emendas ao texto original produzido pelos legisladores constituintes.

Mauro Miranda (PMDB-GO), autor da emenda que incluiu o direito de moradia na Constituição, considera a iniciativa um instrumento formal de apoio à mo-

bilização da sociedade em prol de condições democráticas de moradia. Além disso, o novo dispositivo constitucional passa a ser um referencial para a atuação do Estado, à semelhança do que ocorre nos programas governamentais das áreas de educação, saúde, previdência e proteção à maternidade e à infância (*ver matéria abaixo*).

Já a emenda do ex-senador Esperidião Amin estabelece um percentual decrescente de despesas: quanto maior o número de habitantes do município, menor o percentual de gastos admitido com as câmaras de vereadores. Assim, cidades com até 100 mil habitantes não po-

derão ultrapassar o limite de 8% da receita municipal com despesas em subsídios de vereadores, funcionários e manutenção das câmaras, excluídos os gastos com inativos. Os outros limites são os seguintes: até 300 mil habitantes, 7%; até 500 mil, 6%; mais de 500 mil, 5%.

O prefeito que vier a ultrapassar o limite fixado estará sujeito a responder por crime de responsabilidade. Outra medida de contenção dos gastos públicos contida na emenda é a que fixa sub-tetos para os subsídios dos vereadores, que variarão de 20% a 75% dos subsídios pagos aos deputados estaduais, conforme o número de habitantes.

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 25

Altera o inciso VI do art. 29 e acrescenta o art. 29-A à Constituição Federal, que dispõem sobre limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. ....”

“VI – o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:”

“a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

“b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

“c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

“d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

“e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

“f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”

“.....”

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 29-A:

“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:”

“I – oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;”

“II – sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;”

“III – seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;”

“IV – cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes.”

“§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.”

“§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:”

“I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;”

“II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou”

“III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.”

“§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.” (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro de 2001.

Brasília, 14 de fevereiro de 2000

**Mesa da Câmara dos Deputados:** Deputado Michel Temer, Presidente; Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente; Deputado Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente; Deputado Ubiratan Aguiar, 1º Secretário; Deputado Nelson Trad, 2º Secretário; Deputado Jaques Wagner, 3º Secretário; Deputado Efraim Morais, 4º Secretário. **Mesa do Senado Federal:** Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente; Senador Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente; Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário; Senador Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Senador Nabor Júnior, 3º Secretário; Senador Casildo Maldaner, 4º Secretário

## Mauro pede criação de programas habitacionais

Mauro Miranda anunciou que os líderes partidários no Congresso encaminharam ao presidente Fernando Henrique Cardoso documento supra-partidário sugerindo a implementação de programas habitacionais e de desenvolvimento urbano, destinados a famílias com renda mensal não superior a três salários

mínimos. Ele explicou que este foi o primeiro ato político visando resultados práticos após a inclusão do direito à moradia entre os direitos sociais.

O senador disse que o Congresso deu um grande passo para solucionar o problema da carência de moradias.



Mauro: grande passo para resolver carência

Ele registrou que atualmente no Brasil chegam a 5,2 milhões o déficit de unidades habitacionais para excluídos sociais que não têm nenhum teto. O senador acrescentou que outros sete milhões de famílias vivem em palafitas, barracos de favelas, choupanas e outras formas precárias de abrigo.

O parlamentar por Goiás também registrou as presenças dos jogadores da Seleção Olímpica brasileira Ronaldinho Gaúcho, Athirson e Baiano, além dos atletas goianos Fernandão e Túlio, que estiveram no Plenário do Senado para prestigiar a promulgação

da emenda constitucional. Na opinião de Mauro Miranda, eles são importantes como aliados e mobilizadores da sociedade para a conscientização da população de que a moradia a partir de agora passa a ser um direito:

— Essa mudança nas normas jurídicas do país só será uma solução definitiva se a sociedade assumir a consciência de que agora tem uma ferramenta para implementar uma cruzada nacional, um grande mutirão social, em benefício de políticas públicas, de programas específicos e de pesados recursos orçamentários para a moradia — analisou Mauro Miranda.

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26

Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Mesa da Câmara dos Deputados:** Deputado Michel Temer, Presidente; Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente; Deputado Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente; Deputado Ubiratan Aguiar, 1º Secretário; Deputado Nelson Trad, 2º Secretário; Deputado Jaques Wagner, 3º Secretário; Deputado Efraim Morais, 4º Secretário. **Mesa do Senado Federal:** Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente; Senador Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente; Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário; Senador Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Senador Nabor Júnior, 3º Secretário; Senador Casildo Maldaner, 4º Secretário

# Autorizado empréstimo de US\$ 250 milhões para educação

Recursos serão utilizados para financiar o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio e, conforme o relator, senador José Roberto Arruda, deverão resultar no aumento do número de vagas nas escolas

O governo brasileiro foi autorizado pelo Senado a contratar empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar parcialmente o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed). A resolução, aprovada ontem em Plenário, vai agora a promulgação.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) informou que os recursos financiarão programas nos estados que tenham iniciado o processo de discussão e implementação da reforma do ensino médio em todos os seus aspectos. Na avaliação do senador, as ações desenvolvidas a partir do Promed contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino e do rendimento dos alunos, além de aumentar o número de novas vagas nas escolas.

Em seu relatório, Arruda considerou as condições do empréstimo plenamente compatíveis com o mercado internacional.



Na última sessão da convocação extraordinária, o Plenário aprovou empréstimo junto ao BID

## Aprovada indicação de ministro do STM

O Senado aprovou ontem o nome de Marcus Herndl, tenente-brigadeiro-do-ar, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista. Em votação secreta, a indicação foi aprovada por 60 votos favoráveis, dois contrários e cinco abstenções. A decisão será comunicada ao presidente da República.

Relator da mensagem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o escolhido é portador de inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, exercendo atualmente o cargo de chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Tuma também lembrou a passagem de Herndl pela chefia do grupo de trabalho que construiu a Base Aérea de Anápolis (GO).

## Fundo contra a pobreza pode ser decisão histórica, diz Suplicy

Foi realizado ontem o segundo dia de discussão de duas propostas de emenda constitucional que criam um fundo para combater e erradicar a pobreza no Brasil. Na discussão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou para o fato de que a criação desse fundo pode se tornar uma das mais importantes decisões da história do Congresso Nacional. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a discussão da matéria prosseguirá no próximo dia 22.

De iniciativa de Antonio Carlos, a PEC 67/99 institui esse fundo para o período de 2000 a 2010, com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros níveis dignos de subsistência. A PEC 96/99, elaborada pela Comissão Mista Especial da Pobreza, institui um fundo para o mesmo período, assim como uma Contribuição Social sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira.

Um substitutivo a essas duas emendas, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi aprovado no último dia 9 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Entre

as fontes de financiamento desse fundo, foi acolhida a idéia de uma alíquota adicional de 0,08% da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e recursos obtidos pelo governo com a economia de juros reais proveniente da privatização, além de dotações orçamentárias e doações.

Na discussão plenária de ontem, o senador Eduardo Suplicy considerou importante que todos os senadores se aprofundem nesse assunto, "para chegar-se à melhor maneira de tirar o Brasil dessa situação que, há tantas décadas, todos lamentam".

Referindo-se a reunião realizada na manhã de ontem no gabinete do presidente do Senado, Suplicy continuou sustentando a necessidade de maior diálogo a respeito do substitutivo de Lúcio Alcântara, a fim de que seja obtido um consenso. Na reunião em que a CCJ aprovou o substitutivo, o Bloco Oposição foi voto contrário, insurgindo-se sobretudo contra o dispositivo que obriga a utilização integral dos recursos do fundo que restarem após a sua extinção no pagamento da dívida pública da União.

## Proposta da DRU estará pronta para votação no dia 23

A proposta de emenda constitucional que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi discutida ontem no Plenário pelo terceiro dia. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a discussão prossegue no próximo dia 22. No dia 23, a emenda estará pronta para ser votada em primeiro turno. Se aprovada, será submetida a mais três dias de discussão para ser votada definitivamente em segundo turno.

Pela iniciativa, 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União serão desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída. Relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) justificou seu parecer favorável à instituição da DRU pela necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e racional, "que permita ao governo alocar os recursos onde são mais necessários, mantendo a estabilidade monetária, não emitindo moeda nem utilizando endividamen-



Lúcio Alcântara destaca necessidade de política fiscal "equilibrada e racional"

to adicional".

O senador argumentou ainda que o elevado grau de vinculações legais de receitas "reduz substancialmente a margem de liberdade do governo para atender a novas demandas sociais e econômicas". Ele observou que a desvinculação não atinge o Fundo de Participação dos Estados (FPE) nem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), diminuindo a perda que esses entes da Federação tinham com o antecessor da DRU, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

## Belo Horizonte terá crédito para modernizar área de tributos

O Plenário autorizou ontem a prefeitura de Belo Horizonte (MG) a contratar empréstimo de R\$ 4,4 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar a modernização da administração tributária municipal. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que a matéria vai agora a promulgação.

Relator do pedido na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Freitas Neto (PFL-PI) apresentou parecer favorável ao empréstimo, ressaltando a importância da modernização da administração tributária e o posicionamento favorável do Banco Central.

# Senado aprova 43 matérias na convocação extraordinária

Emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores, já promulgada, foi uma das principais propostas votadas pelos senadores no período de sessões iniciado em 5 de janeiro e encerrado ontem

A convocação extraordinária, que se encerrou ontem, contribuiu para que os senadores acelerassem a tramitação de matérias como a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Combate à Pobreza e a que desvincula 20% dos recursos orçamentários da União. Ambas já estão em análise, em primeiro turno, no Plenário da Casa.

Nesse período, que teve início em 5 de janeiro, o Senado aprovou 43 matérias (veja quadro), entre elas a emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores de acordo com a população do município, já promulgada pelo Congresso. Outra PEC, que disciplina o pagamento de precatórios judiciais pelo poder público, já teve a discussão concluída em primeiro turno e a votação só depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre as emendas apresentadas em Plenário.

Entre os projetos de lei, o Plenário mandou à sanção presidencial a proposta que disciplina o regime de emprego do pessoal da administração pública federal, possibilitando a contratação de servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto os funcionários públicos ocupantes de carreiras típicas de Estado.

## EMPRÉSTIMOS

Além da lista de projetos enviada ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Senado analisou, em Plenário e nas comissões, diversas matérias de sua responsabilidade. Até o dia 14 de fevereiro, foram aprovados seis projetos de decreto legislativo que legitimam acordos, protocolos ou convenções internacionais já assinados pelo Executivo.

Entre os projetos de resolução, apresentados em pareceres da Comissão de Assuntos Econômicos, o Plenário autorizou a contratação de cinco operações de crédito entre a União e o Banco Mundial destinadas a projetos como o de conservação de energia elétrica (Procel), o de assistência técnica para reforma da Previdência e o Pro-

grama Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Os empréstimos totalizam mais de US\$ 93,75 milhões com financiamentos considerados vantajosos para o Brasil.

Junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram autorizados dois empréstimos no total de US\$ 261 milhões, sendo o principal para ações de melhoria do ensino médio, e o outro, no valor de US\$ 11 milhões, para financiar o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Amazônia Legal. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a prefeitura de Belo Horizonte também poderão financiar seus projetos após autorização concedida pelo Senado.

Também os créditos do Brasil com outros países receberam a atenção dos senadores. O Plenário autorizou o governo federal a renegociar as dívidas do Suriname e de Zâmbia com o país. A programação monetária para o primeiro trimestre do ano recebeu na convocação extraordinária o aval dos senadores.

## AUTORIDADES

O Senado ainda exerceu, durante a convocação extraordinária, sua prerrogativa de aprovar indicações do presidente da República para cargos em órgãos do governo e tribunais. Desde janeiro, os senadores aprovaram a indicação de cinco novos chefes de missão diplomática do Brasil no exterior, além de reconduzir Eloi Fernández y Fernández para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo. A indicação do tenente-brigadeiro-do-ar Marcus Herndl para ocupar o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) foi aprovada ontem.

Os senadores não se limitaram a analisar projetos e outras propostas. Desde janeiro foram aprovados 13 requerimentos em Plenário, solicitando, por exemplo, voto de pesar pela morte dos ex-senadores Jutahy Magalhães e Saldanha Derzi e dos ex-deputados Álvaro Valle, Blota Júnior e Iturival Nascimento. Foram aprovados ainda votos de louvor aos 20 anos do Partido dos Trabalhadores e aos 103 anos do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

## Sessão legislativa será aberta hoje

Depois dos 39 dias de convocação extraordinária durante o período de recesso parlamentar, os trabalhos normais do Congresso Nacional neste ano serão reabertos hoje, às 11h, em sessão solene a ser realizada no Plenário do Senado. Dirigida pelo presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, a sessão se destina à leitura de mensagem enviada aos parlamentares pelo presidente da República, na qual ele relata os resultados sócio-econômicos obtidos no ano passado e anuncia como será a política do governo neste ano.

Esta será a Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura do Congresso, e vai durar até 15 de dezembro. Na reabertura dos trabalhos, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República entregará formalmente ao presidente do Congresso a mensagem, que será lida pelo 1º-secretário da Câmara, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE).

Pela Constituição, os deputados e senadores têm direito a recesso parlamentar em julho e no período que vai de 16 de dezembro a 14 de fevereiro. Nos últimos anos, no entanto, o presidente da República tem convocado o Congresso a trabalhar extraordinariamente para apreciar projetos de interesse do Executivo.

## Matérias apreciadas pelo Plenário do Senado

De 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000  
(período de convocação extraordinária do Congresso Nacional)

Proposta de emenda à Constituição enviada a promulgação (limite de gastos com Legislativos municipais)	1
Projeto de lei enviado a sanção (CLT para servidores públicos)	1
Projetos de decreto legislativo enviados à promulgação (acordos internacionais)	6
Projeto de decreto legislativo enviado à Câmara (programação monetária)	1
Projetos de resolução enviados à promulgação (operações de crédito)	11
Mensagens relativas à escolha de autoridades	2
Mensagens relativas à escolha de chefes de missão diplomática	5
Requerimentos	16
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

## Comissões reuniram-se 33 vezes no período

Dois projetos de lei que fazem parte da última etapa da reforma administrativa estão entre as matérias aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante o período de convocação extraordinária. Trata-se do projeto que disciplina a perda de cargo de servidores estáveis por insuficiência de desempenho e o que permite a contratação de servidores pelo regime da CLT. Presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a CCJ também aprovou parecer favorável a projeto de lei que regulamenta a previdência complementar.

Ao todo, as comissões do Senado reuniram-se 33 vezes nesse período e aprovaram 35 pareceres. Também realizaram três audiências públicas, nas quais foram discutidas o vazamento de óleo na baía de Guanabara; a guerra fiscal travada entre os estados, com a presença do governador de São Paulo, Mário Covas; e a aplicação dos recursos do BNDES.

## Para ACM, Congresso respondeu às críticas com muito trabalho

Na avaliação do senador Antonio Carlos Magalhães, a convocação extraordinária "foi um êxito" e o Congresso respondeu com trabalho às críticas feitas pela imprensa no início da convocação extraordinária, inclusive a contestação dos gastos com o pagamento dos parlamentares.

— As críticas não foram inócuas; talvez tenham servido de advertência, que resultou numa grande produção. Mas eu acho que a imprensa, que antes criticou, agora deve fazer o elogio do Congresso — disse.

Para o presidente do Congresso, o trabalho extraordinário apresentou "um saldo muito positivo", com uma

exceção:

— Lamento que o problema das medidas provisórias não tenha sido resolvido na Câmara, a despeito do trabalho do presidente Michel Temer. Acho que o Legislativo deve uma satisfação à nação e tem que votar com rapidez essa questão — enfatizou.

Já o governo não tem motivos para se queixar do resultado da convocação, segundo o presidente do Senado.

— Os assuntos essenciais foram todos resolvidos. Alguns não foram por falta de tempo suficiente para cumprir prazos legais que não podem ser encurtados, mas serão, logo no início de março — assinalou.



CCJ debateu, entre outros temas, a contratação de servidores pela CLT

Os senadores também participaram das atividades da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que concluiu na última quinta-feira a votação dos sub-relatórios em que foi dividido o Orçamento deste ano.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a CCJ, realizou debate sobre a proibição do porte de armas. Foram discutidos

dois substitutivos apresentados sobre o assunto. Um, de autoria do senador Pedro Piva (PSDB-SP), proíbe o porte de armas nas ruas e em veículos, só autorizando o direito de posse dentro de casa. Outro, apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) na CCJ, proíbe totalmente a venda de armas de fogo e munição em todo o país. As matérias continuam tramitando nas duas comissões.

## Aumento para servidor só após reajuste do mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou na manhã de ontem sua oposição à concessão de qualquer aumento salarial no setor público antes de se reajustar o salário mínimo. O senador incluiu nessa restrição o "abono" que alguns parlamentares estão sugerindo dar aos magistrados como forma de contornar a ameaça de greve no Judiciário, cogitada para o próximo dia 28.

# Mozarildo aponta maus-tratos contra índios

Senador critica Funai por não dar a devida assistência aos cerca de 200 integrantes de nações indígenas que a procuram a cada mês e apela ao presidente da República para que escolha um índio para presidir o órgão

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que a Funai não tem dado assistência aos cerca de 200 índios que todos os meses procuram a sede da fundação, em Brasília. Conforme reportagem publicada no último domingo pelo jornal *Correio Braziliense*, as pensões contratadas pela instituição para fornecer hospedagem e alimentação aos índios estão sem receber pagamento há mais de oito meses. Mozarildo reiterou o pedido feito ao presidente da República para que nomeie um índio para a presidência da Funai.

— Quero pedir ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, providências para que os índios brasileiros recebam melhor tratamento no momento em que o país completa 500 anos do seu descobrimento. Também aproveite para reiterar o meu pedido ao presidente da República, no sentido de que ele nomeie um índio para cuidar da Funai, porque os índios saberão cuidar melhor de si próprios do que esses gigolôs das ONGs que hoje dominam a fundação — afirmou.

A possibilidade de a Funai não resolver os problemas dos índios por falta de dinheiro foi descartada por Mozarildo Cavalcanti. Ele



Mozarildo não aceita o argumento de que os problemas da Funai decorram da falta de recursos

disse que em 1998, na época das eleições, uma centena de agentes foi destacada para ir até Roraima, com diárias e alimentação pagas pela fundação, para atender a uma falsa denúncia de que havia formação de currais eleitorais em áreas indígenas. “Para isso não faltaram recursos”, comparou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) solidarizou-se com o pronunciamento e sugeriu que Mozarildo pedisse ao Ministério da Justiça informações mais detalhadas sobre os problemas que os índios vêm enfrentando.

## Romeu Tuma solicita investigação sobre os medicamentos BO

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitou ontem à Procuradoria Geral da República que apure informação do presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácia, Aparecido Bueno Camargo, de que as drogarias estariam comercializando remédios falsos conhecidos no meio farmacêutico como BO, isto é, “Bom para Otário”. A expressão foi usada por Camargo em depoimento à CPI dos Medicamentos. Para o senador, a prática caracteriza crime contra a saúde pública.



Tuma pediu à Procuradoria da República que apure a produção e venda de remédios falsos

Romeu Tuma comparou a venda de medicamentos falsos à ação de um traficante de drogas que, segundo notícia publicada ontem pelo jornal *O Dia*, vende crack e cocaína para crianças e adolescentes, mas preserva a filha de dez anos, impedindo-a de usar os entorpecentes. “Eles praticam o mesmo crime”, frisou.

O senador advertiu os jovens para que atentem para a atitude do traficante, a quem classificou de “canalha”, de proibir a filha de consumir drogas, enquanto as vende para outras crianças e adolescentes. “Os traficantes só visam ao lucro, pouco se importando com a desgraça e a tragédia que trazem para as famílias”, ressaltou.

## Suplicy apóia protesto de paulistanos contra discriminação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez questão de registrar sua solidariedade a todos os brasileiros, especialmente os paulistanos, que se manifestaram na Praça da República nesse fim de semana contra o assassinato por espancamento de Edson Nêris da Silva, cometido pela gangue denominada “Carecas do ABC”.

O ato contra Edson envolve discriminação, afirmou o senador, assim como o que resultou na morte do índio pataxó Galdino, incendiado em Brasília por jovens de classe média. Edson Nêris era homossexual. Para o senador, é importante que os parlamentares enfatizem o quanto é inadmissível esse tipo de discriminação e atos “que façam lembrar o nazismo”.



Para Eduardo Suplicy, ato teve caráter discriminatório e “faz lembrar o nazismo”

## Hartung cobra melhores condições de crédito para pequenas empresas

Em discurso feito ontem, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) conclamou o governo a priorizar a concessão de crédito às empresas, principalmente as de pequeno porte. “O Banco Central precisa ousar e dar prosseguimento à política de redução dos juros para não comprometer o desenvolvimento sustentado e a geração de empregos no país”, ressaltou.

Para o senador, agora que a economia passou pelo teste da desvalorização do real e que a taxa de juros não cumpre mais papel tão essencial no ajuste externo, não há mais como justificar uma política monetária e creditícia tão apertada. “A realidade é que o crédito no Brasil representa um elemento raro e suprido em condições inadequadas ao funcionamento do setor produtivo”, assinalou.

Hartung citou a criação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP),



Paulo Hartung: é preciso ajustar o sistema financeiro para garantir “crescimento sustentado”

a implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e a institucionalização dos fundos de aval como as únicas medidas tomadas pelo governo federal nos últimos anos que tinham como alvo o crédito para as empresas, em especial as de menor porte.

O senador acredita que a regu-

lamentação do Estatuto da Micro e da Pequena Empresa, a ser publicado nos próximos dias, deverá abrir perspectivas promissoras em relação ao apoio creditício, maiores facilidades para a exportação, o desenvolvimento empresarial e à sociedade de garantia solidária.

Na opinião de Hartung, na regulamentação do estatuto é preciso obrigar os órgãos públicos que forem realizar compras a convidar, obrigatoriamente, 50% das concorrentes no universo das micro e pequenas empresas.

— Mas precisamos ter a consciência de que, apesar dessas inovações institucionais, não há horizonte para o crescimento sustentado se não houver ajustes macro no sistema financeiro, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a reforma tributária — concluiu o senador capixaba.

## Roberto Saturnino vê prática de dumping em Internet gratuita

Em alerta dirigido à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao Ministério das Comunicações e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que a oferta de acesso gratuito à Internet configura uma operação de *dumping* (redução artificial de preços com vistas à tomada do mercado de concorrentes)

organizada pelos grandes bancos e pelas telefônicas privatizadas.

O senador sugeriu que aqueles órgãos examinem o assunto e tomem as providências necessárias para “impedir que esse grande acerto lance milhares de brasileiros no desemprego”. Na opinião de Roberto Saturnino, este será o resultado da operação dos bancos: aqueles que se dedicaram à organização do provimento de



Conforme Saturnino, o acesso gratuito à Internet pode “lançar milhares no desemprego”

acesso à Internet através de pequenas e médias empresas “estão literalmente à beira do desemprego”, enfatizou.

# Bornhausen anuncia debate sobre salário mínimo

Presidente nacional do PFL, senador informa que o seu partido decidiu abrir o diálogo com outras forças políticas e com a “sociedade organizada” para encontrar uma forma de elevar salário sem pôr em risco a austeridade fiscal

## Casildo Maldaner pede mais recursos para a defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem mais recursos orçamentários para a defesa civil e classificou como “descaso das autoridades” o fato de o Orçamento federal deste ano destinar a essa área apenas R\$ 2,5 milhões. Embora a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



Casildo Maldaner: pequena dotação proposta revela “descaso das autoridades”

tenham aprovado a elevação desses valores para R\$ 65 milhões, distribuídos entre as estruturas nacional e estadual, o senador afirmou que a quantia ainda não é a ideal.

Maldaner ressaltou que os estados e municípios que recorrerem à União em busca de recursos para a defesa civil, devido às limitadas disponibilidades, receberão valores ínfimos, incapazes de permitir a reconstrução sequer de uma pequena cidade. E acrescentou que a dotação anteriormente estabelecida era insuficiente “para atender, por exemplo, o sul de Minas Gerais, por conta de uma única enxurrada”.

Ele defendeu também a realização de um trabalho preventivo nas cidades onde já existe um “calendário de inundações”. Ele informou que o Banco Mundial (Bird) deve implementar nos próximos meses um programa de auxílio aos países latino-americanos atingidos por catástrofes. A instituição, segundo o senador, investiu nos últimos 20 anos cerca de US\$ 19 bilhões em

defesa civil na América Latina.

Atualmente, o Bird, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo japonês estão ajudando seis países centro-americanos na avaliação dos riscos de calamidades, na instalação de sistemas de alerta e resposta, na melhoria dos códigos de construção e na elaboração de estudos para identificar medidas ambientais que reduzam o impacto das catástrofes naturais, disse o senador.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), em aparte, afirmou que as intempéries têm demonstrado que a maioria dos governos não está preparada para enfrentá-las porque não se previnem. “A capital de São Paulo é um caos. É a chuva, a lama e a morte”, lamentou Tuma.

Casildo Maldaner informou ao Plenário que encaminhou ao diretor do BID, Jorge Elena, projetos de sua autoria que, acredita ele, podem auxiliar o banco nos estudos e alternativas que pretende implantar para proporcionar maior proteção contra as calamidades em países do Terceiro Mundo.

O senador lembrou que Blumenau, na semana passada, foi vítima das enxurradas de verão, juntamente com as cidades de Bombinhas, Balneário Camboriú e Itapema. “Tivéssemos uma estrutura melhor, os danos seriam irrelevantes”, comentou.

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, disse ontem que o partido abriu o debate sobre o reajuste do salário mínimo, deseja sugestões e está aberto ao diálogo “com os demais partidos e a sociedade organizada”. Ele lembrou a criação de uma comissão para analisar a proposta lançada pelo deputado federal Luiz Antônio Medeiros de fixar o salário mínimo no equivalente em reais a US\$ 100, acrescido de um abono, e ressaltou que o PFL está tendo o cuidado de não tirar “vantagens eleitorais” da situação e de não abrir mão da austeridade.

Jorge Bornhausen adiantou que a comissão vai participar de reuniões com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e terá a participação do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas.

— O PFL quer o diálogo para

que, com responsabilidade, possamos conseguir o melhor possível, evitando um veto do Executivo e a frustração dos anseios legítimos do trabalhador brasileiro, externados em hora oportuna pelo deputado Luiz Antônio de Medeiros — salientou o senador.

Durante seu pronunciamento, Bornhausen afirmou ainda que o PFL deverá ter candidato próprio à Presidência da República nas eleições de 2002. A decisão, segundo o senador, foi tomada por unanimidade na última convenção nacional do partido, que aprovou moção nesse sentido



Bornhausen criticou declarações feitas pelo secretário do Comércio dos Estados Unidos

apresentada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

O senador também repudiou declaração do secretário do Comércio dos Estados Unidos, William Daley, que considerou “não recomendável” a privatização pulverizada defendida

pelo PFL. Ele classificou a manifestação de Daley como “intromissão indevida”. O PFL defende a retomada do processo de privatização no setor elétrico segundo o modelo inglês, que privilegia a venda de ações ao público. E admite, inclusive, a utilização de recursos do FGTS.

## Camata espera ajuda federal para combate à violência no ES

A população do Espírito Santo espera que a ida a Vitória do ministro da Justiça, José Carlos Dias, nesta semana, se traduza em ajuda concreta para que o estado possa combater com eficiência a criminalidade, afirmou ontem o senador Gerson Camata (PMDB-ES). Ele concorda com editorial do jornal *A Gazeta*, de Vitória, de que chegou a hora de “mais verba e menos verbo” no apoio federal aos estados com problemas na área de segurança pública.

Camata lamentou que “aqueles que patrocinam campanhas contra o Espírito Santo” usem estatísticas de 1997 para falar “da calamidade do crime organizado” no estado. Após a posse do atual governador, José Ignácio, conforme o senador, muito se fez para resolver o problema. Ele destacou o fato de o governador ter usado mil policiais para promover a “limpeza” dos presídios, recolhendo 180 armas de fogo e dezenas de celulares usados pelos presidiários.

— Antes, quem mandava nos presídios eram os criminosos. Eles saíam à noite, praticavam crimes e voltavam para a segurança de suas celas. Esta

foi a “herança maldita” que o governador recebeu do governo anterior. Por isso, só com má vontade se pode citar estatísticas antigas para dizer que o número de homicídios aumentou 24% — observou Gerson Camata.

O senador acrescentou que, no governo passado, a polícia do estado foi desmantelada, pois “colocavam até 15 policiais para proteger políticos e usavam a polícia secreta para investigar adversários, na verdade atrás de focos”. Disse ainda que o Instituto Médico Legal de Vitória costuma receber corpos de assassinados, afogados e vítimas de todo tipo de acidente ocorrido em todo o estado, o que deturpa qualquer estatística. O mesmo acontece com os hospitais da cidade.

“Não bastasse isso, toda vez que a polícia do Rio de Janeiro dá um aperto nos traficantes, eles correm para o Espírito Santo”, acrescentou Gerson Camata. Ele lembrou a prisão de um dos grandes traficantes do Rio, que dirigia seus “negócios” por telefone de uma cidade capixaba do interior, “onde estava prestes até mesmo a se candidatar a vereador”.



Citando jornal, Gerson Camata disse que o seu estado quer mais verba e menos verbo

## Freitas: CI deve discutir desníveis regionais do país

As atribuições permanentes da Comissão de Infra-Estrutura (CI) devem incluir o debate das desigualdades regionais, disse ontem o senador Freitas Neto (PFL-PI).

— Ampliar a competência da comissão me parece uma solução melhor que criar uma nova comissão temática, o que implicaria em disponibilizar recursos e remanejar pessoal — disse.

Ele lembrou que, há dois anos, propôs essa alteração no regimento interno da comissão, quando a presidida. A proposta foi encampada pela comissão e transformou-se em projeto de resolução que aguarda parecer definitivo. “A alteração poderá vigorar a partir da próxima sessão legislativa, quando se iniciam novos mandatos nos cargos diretos das comissões permanentes”, afirmou.

Pelo projeto, a comissão também trataria de temas como habitação, saneamento, transporte urbano, uso do solo, defesa civil, divisão político-administrativa e programas de assentamento.

Em apartes, Romeu Tuma (PFL-SP) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) consideraram as desigualdades regionais como um desafio que o Brasil precisa enfrentar, e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sugeriu mudanças nas políticas de financiamento do BNDES.



Freitas Neto defende novas atribuições para a comissão

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Unip*: O ensino da ciência  
6h30 — *Cidadania*: Senador Tião Viana e Dr. Pedro Chequer falam sobre o combate a AIDS  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Bello Parga fala sobre a CLT para servidores públicos  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola Meio Ambiente*: Erosão e desertificação  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão  
9h30 — *Entrevista Especial*: O vice-presidente, Marco Maciel, fala sobre as novas idéias políticas  
11h — Sessão Solene do Congresso Nacional (vivo)  
12h — *Cores do Brasil*: Turismo em São Luiz do Maranhão  
12h30 — *Entrevista*: Senador Bello Parga fala sobre a CLT para servidores públicos  
13h30 — *Cidadania*: Senador Tião Viana e Dr. Pedro Chequer falam sobre o combate a AIDS  
14h30 — Comissão Mista que analisa os bingos (vivo)  
18h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre recesso parlamentar  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco

19h30 — *Cidadania*: Senador Tião Viana e Dr. Pedro Chequer falam sobre o combate a AIDS  
20h30 — *Entrevista*: Senador Bello Parga fala sobre a CLT para servidores públicos  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Solene do Congresso Nacional (vivo)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
11h — Sessão Solene do Congresso Nacional (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Solene do Congresso Nacional (reprise)  
Em seguida — Música e informação

# Amir Lando quer o Estado no comando do desenvolvimento

História da economia brasileira, segundo o senador, já deu provas de que o mercado é incapaz de induzir o crescimento com justiça social

Uma nova política de desenvolvimento, comandada pelo Estado, foi defendida pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). Para ele, qualquer retomada do crescimento, para ser acompanhada de justiça social, requer o resgate do papel do Estado como definidor de investimentos públicos e de alternativas para a iniciativa privada.

— A história da economia brasileira já produziu capítulos mais que suficientes para demonstrar que o mercado é incapaz de induzir o crescimento com justiça social — afirmou.

O senador lembrou que os períodos de maior crescimento econômico brasileiro coincidem com um Estado forte, como ocorreu nas décadas de 1930 a 1980, quando o crescimento da economia brasileira superou a média mundial. Disse ser de iniciativa do Estado a construção do parque siderúrgico, do sistema elétrico e de telecomunicações e das grandes extensões de estradas e ferrovias integradoras, entre outros projetos.



Amir Lando defendeu a interrupção das privatizações até que se restabeleça o papel do Estado na condução de um novo modelo

Para o parlamentar, a capacidade de financiamento existe. Ele disse que mesmo atualmente, em sua fase mais enfraquecida, o Estado destina bilhões de reais para a implantação de projetos privados, além de instituir renúncias fiscais para a atração de indústrias pouco multiplicadoras de investimentos e de empregos. Ele citou ainda as facilidades concedidas a grupos

privados para a aquisição de estatais e o saneamento de bancos privados feito, conforme afirmou, com administração fraudulenta.

Até mesmo a retomada das estatais já privatizadas — cuja venda, avaliou, seria o suficiente para saldar a dívida pública líquida brasileira, de R\$ 517,6 bilhões — não pode ser descartada. O parlamentar defendeu a interrupção das privatizações em curso, “até que se restabeleça o papel do Estado na condução de um novo projeto de desenvolvimento indubitavelmente nacional”.

Amir Lando defendeu também a realização da reforma agrária:

— Enquanto se gastam recursos na casa dos bilhões para financiar projetos que não geram empregos e que remetem lucros para o exterior, são necessários apenas nove hectares de terras produtivas para cada emprego permanente, um investimento que não ultrapassa os R\$ 10 mil por família — assinalou.

## Maria do Carmo pede flexibilidade nas leis para diminuir trabalho informal

A simplificação de procedimentos para o cumprimento das obrigações trabalhistas e as negociações coletivas podem ser a solução para reduzir o número de trabalhadores informais da economia brasileira. A opinião é da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que lastimou o fato de milhares de trabalhadores brasileiros atuarem no mercado informal (sem carteira assinada).

Ao criticar o excesso de burocracia da legislação fiscal e trabalhista, a senadora disse que muitos empregadores não se sentem motivados para abrir novas vagas.

— Essas formalidades cartoriais se tornam um ônus sufocante para os pequenos empregadores, que nem sempre têm a possibilidade de acesso à assistência contábil e jurídica necessárias — afirmou.

Maria do Carmo destacou que as reclamações trabalhistas, a ele-



Maria do Carmo Alves é a favor da ampliação do sistema de arrecadação conhecido como Simples

vação das multas, o controle e a fiscalização são incapazes de impedir que o trabalho formal continue a diminuir. Essa situação, informou, causa prejuízo enorme aos cofres da Receita Federal.

A senadora declarou também que o problema não se restringe ao meio urbano. Segundo ela, nenhum proprietário rural se sente

estimulado a oferecer, a título de empréstimo ou caridade, moradia para uma família sem teto, pois, dependendo da interpretação, o caso pode virar uma questão trabalhista.

Para ela — que manifestou sua preocupação com as elevadas taxas de desemprego —, a única maneira de deslocar esse efetivo de trabalhadores para o mercado formal é a adoção de um sistema negociado, com a participação de sindicatos de trabalhadores e de empregadores.

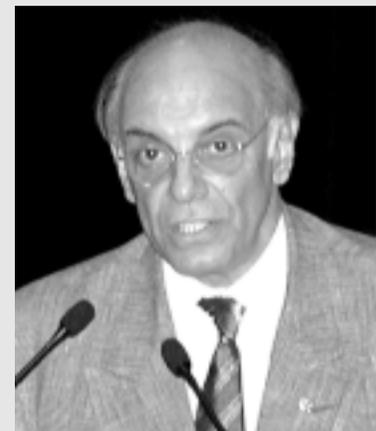
— É preciso um tratamento diferenciado para os pequenos empregadores, as microempresas e os pequenos proprietários rurais — recomendou, ao afirmar que considera positiva, nesse aspecto, a decisão de estender o sistema de arrecadação tributária conhecido como Simples a outras categorias de pequenas empresas e profissionais.

## Távola propõe que menores homicidas sejam julgados quando completarem 18 anos

Os menores que cometerem crimes contra a vida poderão ser julgados ao completar 18 anos. Isso acontecerá se o Congresso Nacional aprovar proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Artur da Távola (sem partido-RJ).

O objetivo do projeto é garantir que menores de idade não fiquem impunes pelos crimes cometidos. A idéia, explica o senador, é que o Ministério Público denuncie o menor no momento em que este completar a maioridade, indicando seu julgamento pelo tribunal do júri.

Caso o infrator tenha bom comportamento e dê indícios de recuperação até que atinja a maioridade, não haverá mais punição. Mas se o menor continuar cometendo infrações, será julgado pelo assassinato. A pena que o infrator tiver cumprido antes dos 18 anos, determinada de acordo com o Estatuto da Criança e do Ado-



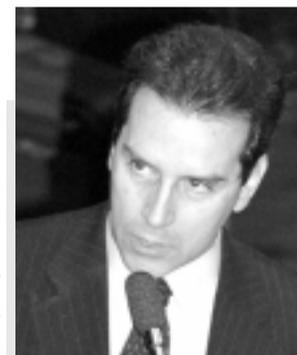
A intenção de Artur da Távola é evitar que os menores fiquem impunes pelos crimes cometidos

lescente, será considerada posteriormente e diminuída da penalidade determinada pelo juiz.

A PEC será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda indicação de relator. Távola está re-presentando o projeto, que não foi examinado na última legislatura.

## Projeto de Estevão prevê que carro com seguro opcional fique livre do obrigatório

O proprietário de automóvel que contratar facultativamente um seguro poderá ser dispensado do pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores terrestres. Projeto nesse sentido, apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), tramita



Luiz Estevão pretende, com o projeto, evitar a duplicidade de pagamentos de seguros

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa da proposta, o parlamentar afirma que “o objetivo do projeto é propiciar ao proprietário de veículos automotores de via terrestre, por meio de lei, a opção pelo seguro que melhor lhe convier, segundo sua disponibilidade financeira, sem que haja obrigatoriedade de duplicidade de seguros”.

A CAE vai opinar sobre a matéria

em caráter terminativo. Isso significa que sua decisão será acatada pelo Senado Federal, caso não seja apresentado recurso para votação da matéria em Plenário. Sucinto, o projeto acrescenta parágrafo único ao artigo 20 do Decreto-Lei 73, que determina a obrigatoriedade do seguro de

danos pessoais para veículos automotores terrestres.

Pelo texto, fica dispensado da obrigatoriedade do seguro o proprietário do veículo que o fizer de forma facultativa, em valor igual ou superior ao fixado em lei. O projeto de Luiz Estevão dá ainda um prazo de 90 dias, a partir da publicação da nova lei, para que o Conselho Nacional de Seguros Privados a regulamentasse.